



**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Desligue o celular e outros aparelhos.
Acondicione no envelope plástico de segurança todos seus aparelhos eletrônicos, inclusive relógio.
- φ É obrigatório o uso de máscaras de proteção facial com cobertura total de nariz e boca, durante todo o período de realização da prova, para uso pessoal, bem como no local de provas, assim entendido como todas as dependências físicas.
- φ Se houver dúvida em relação à fisionomia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, sem tocar sua parte frontal, e sua imediata recolocação após a identificação. Deverá ser prosseguida a higienização das mãos com álcool em gel próprio ou fornecido pelo aplicador.
- φ Mesmo com máscaras, recomendamos ao tossir ou espirrar, usar a parte interna do braço, na área superior das mangas da roupa. Não use as mãos.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova.
- φ Este **Caderno de Questões** contém **40 (quarenta) questões objetivas** da Prova do seu Cargo. Verifique se este caderno corresponde com a sua opção de inscrição.
- φ A prova terá duração de **3 horas**.
O tempo mínimo de permanência na sala é de **1 (uma) hora**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Processo Seletivo.
- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG, Caneta, Lápis e Borracha.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

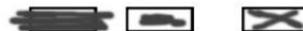
PROVA OBJETIVA

- φ Procure responder as questões na ordem em que elas aparecem no **Caderno de Questões**.
Responda a todas as questões.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas da Prova Objetiva. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na Folha de Respostas da Prova Objetiva somente uma letra (alternativa) para cada questão.
- φ Preencha na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Na Folha de Respostas da Prova Objetiva, assinale apenas uma alternativa para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
- φ Para a realização da prova, não será admitido o uso de qualquer outra folha de papel além das entregues - para rascunho ou como parte ou resposta definitiva.
- φ Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva. Não rasure, amasse ou dobre o documento.
- φ Ao final da prova, o candidato deverá entregar, ao Fiscal da Sala, a Folha de Respostas da Prova Objetiva assinada e preenchida.
- φ Os candidatos poderão levar consigo a Tira de Rascunho e a Prova após o tempo mínimo de permanência na sala.

BOA PROVA !

REALIZAÇÃO
IPEFAE

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

?

Texto para as questões de 01 a 03.

A velha e necessária discussão sobre voto facultativo X voto obrigatório

Nessa semana, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral e também ministro da Suprema Corte Federal, Luís Roberto Barroso, deu uma entrevista para o jornal Folha de São Paulo afirmando, dentre outras coisas, que o Brasil estava em um momento de transição entre o voto facultativo, que seria o modelo ideal, e o voto obrigatório, ou ainda nas palavras dele: “Acho que o voto hoje no Brasil é praticamente facultativo porque as consequências de não votar são pequenas. Por isso, um comparecimento de mais de 70% durante a pandemia merece ser celebrado. Acho que a gente começa a fazer uma transição. O modelo ideal é o voto facultativo e em algum lugar do futuro não muito distante ele deve ser”. Nesse contexto, o post de hoje do Observatório discute os argumentos que permeiam o debate acerca do voto facultativo e do voto obrigatório, bem como essa discussão se relaciona com a democracia e a desigualdade política. (...) Há argumentos normativos e argumentos empíricos para ambos os lados. Primeiramente, sob o ângulo de quem defende o voto facultativo, o principal argumento é o normativo: se o voto é um direito, eu não posso ser obrigado a votar. Um direito que eu sou obrigado a exercer, deixa de ser um direito. Quanto ao argumento empírico, apesar de tender bastante ao elitismo, defende que se o voto fosse facultativo apenas as pessoas mais “conscientes”, “engajadas”, “preparadas”, ou o termo que se preferir, votariam, o que faria o voto perderia em quantidade, mas ganharia em qualidade.

(Texto publicado em 11 de dezembro de 2020, disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1451>)

01

De acordo com o texto, pode-se afirmar que o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, defende a tese do voto facultativo pois:

- (A) O ato de anular o voto, votar em branco ou ausentar-se representa um número irrelevante de consequências.
- (B) A liberdade de escolha entre votar e não votar constitui uma norma que deve, portanto, ser obedecida por todos.
- (C) São necessárias consequências mais severas que encaminhem a população à conscientização sobre o papel democrático de cada indivíduo.
- (D) O engajamento da população, em conjunto com sua consciência, é o suficiente para garantir um processo eleitoral seguro.

02

Pode-se afirmar que o trecho destacado no texto refere-se à:

- (A) Abstinência da participação das pessoas na eleição.

- (B) Presença obrigatória de eleitores no último período eleitoral.
- (C) Participação efetiva dos cidadãos na eleição, mesmo com as dificuldades da pandemia.
- (D) Obrigatoriedade da participação nas eleições, que não deve jamais ser influenciada por fatores externos.

03

Pode-se depreender dois argumentos acerca da legalização do voto facultativo, segundo o texto:

- I- Se o voto é um direito, ele não deve ser visto como uma obrigação.
- II- A qualidade dos votos, quando facultativo e por cidadãos engajados, será superior e vantajosa à cidadania.

Com base nessas duas ideias, podemos afirmar que:

- (A) A afirmação número II é uma consequência da afirmação I, tendo em vista que o direito ao voto assegura a qualidade do mesmo.
- (B) A afirmação número II reitera a afirmação I, demonstrando uma perspectiva diferente sobre o voto facultativo, mas também positiva para a democracia.
- (C) A afirmação número I é uma condição para que ocorra a afirmação número II, tendo em vista que a qualidade do voto só ocorre quando este é um direito e não um dever.
- (D) A afirmação número II nega a afirmação número I, na medida que é um argumento empírico e não normativo, como afirmado no texto.

Texto para as questões de 04 a 07.

A gestão pública municipal e a relação com a população

A relação com a população é provavelmente o aspecto mais desafiador de qualquer setor da gestão pública municipal. Não somente em entregar o que ela precisa, mas literalmente em manter uma relação positiva e próximas a ela.

O eleitor tem mudado cada vez mais. A sociedade, felizmente, busca estar ainda mais integrada na gestão pública, participando mais ativamente dos processos de decisão, querendo conhecer mais sobre os funcionários públicos que trabalham para ele. Os sistemas de transparência contribuem muito ativamente para isso, visto que o público cada vez mais possui mais informação.

Por isso, o primeiro desafio é trabalhar na relação e na comunicação com o público. Isso parte da primeiramente de aspectos bem óbvios, como o atendimento. Este, precisa ser **rápido, eficiente e satisfatório**. Uma das principais reclamações da população e uma das maiores fontes de sua frustração, é quando eles sentem que não são ouvidos.

(Texto publicado em 27 de janeiro de 2022, disponível em: <https://cr2.co/desafios-da-gestao-publica-municipal/#:~:text=Gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20municipal%20%C3%A9%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20brasileiros.>)



04

A construção do texto fundamenta-se, principalmente, na ideia de que:

- (A) Deve haver um diálogo claro e eficiente entre a gestão e a população
- (B) O diálogo deve surgir da iniciativa privada e ir até a gestão pública
- (C) O diálogo eficiente encontra barreiras na forma como a população se expressa
- (D) O diálogo eficiente deve partir da transparência pública

05

Os termos destacados no texto descrevem como deve ser o atendimento da população pela gestão pública. Se essa mudança deve ocorrer, isso pode significar que, muitas vezes o atendimento ao público é:

- (A) Lento, efetivo e insatisfatório
- (B) Ágil, ineficaz e insatisfatório
- (C) Lento, ineficaz e agradável
- (D) Lento, ineficaz e insatisfatório

06

Ao afirmar que o “o eleitor tem mudado cada vez mais”, o autor utiliza-se de dois verbos para indicar:

- (A) Uma ação perfeitamente acabada.
- (B) Uma ação contínua.
- (C) Uma ação em fase de conclusão.
- (D) Uma ação passada.

07

Ao observarmos o emprego da vírgula no último período do texto, pode-se afirmar que, segundo a Gramática Normativa,:

- (A) Está correto, pois inicia um período composto por subordinação.
- (B) Está correto, pois antecede um verbo de ligação.
- (C) Está incorreto, pois separa a expressão da qual se fala de seu predicado.
- (D) Está incorreto, pois separa um verbo transitivo direto de seu complemento.

Texto para as questões de 08 a 10.

O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países

No Brasil, as despesas com funcionários públicos, ativos e inativos, são elevadas para o padrão internacional e, se não houver mudanças, continuarão a crescer. Uma das consequências dessa destinação significativa e crescente de recursos para despesas com salários e aposentadorias dos servidores é a redução do espaço para despesas discricionárias e realização de investimentos públicos.

Por essa razão, a revisão das regras gerais do funcionalismo público brasileiro, contida na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), é tão relevante. Para a melhor compreensão do tema, é oportuno avaliarmos a situação brasileira em comparação com a de outros países, o que é feito a seguir nesta Nota Econômica.

- O Brasil não tem um número muito elevado de servidores públicos em proporção da população ou do total de trabalhadores;
- **Contudo**, as despesas totais com esses trabalhadores (ativos e inativos) são elevadas e representam percentual do PIB próximo, ou até superior, ao de países ricos e reconhecidos pelo tamanho grande do Estado;
- A principal explicação para esse fato é o elevado patamar dos salários dos servidores no Brasil, sobretudo no nível federal;
- A diferença salarial entre o setor público e privado, em favor dos servidores públicos, é maior no Brasil que nos demais países analisados; e
- A revisão das regras gerais do funcionalismo público brasileiro, contida na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), joga luz sobre a questão do gasto com os trabalhadores do setor público.

Texto publicado em outubro de 2020, disponível em:
<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/10/nota-economica-15-o-peso-do-funcionalismo-publico-no-brasil-em-comparacao-com-outros-paises/>

08

O texto, de caráter informativo, apresenta-se configurado dessa forma para que:

- (A) O leitor possa observar os argumentos disponibilizados em tópicos, de modo a elaborar sua própria tese acerca do assunto
- (B) O leitor possa aperceber-se da opinião do autor, explicitados por base em sua experiência de vida e destacada nos tópicos
- (C) Relacionar os tópicos com a tese do autor, compreendendo-os enquanto consequências da opinião do autor
- (D) Compreender que os tópicos configuram-se como argumentos que sustentam a tese do autor

09

A expressão **contudo** presente no segundo tópico estabelece, sintaticamente, uma relação:

- (A) De causa para com o tópico seguinte, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **sendo assim**.
- (B) De oposição para com o tópico anterior, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **apesar disso**.
- (C) De oposição para com o tópico anterior, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **com isso**.
- (D) De causa para com o tópico seguinte, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **apesar disso**.

10

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- (A) O termo **funcionalismo** apresenta caráter conotativo, ao traduzir a ideia de “emprego de funcionários públicos”



- (B) O termo **comparação** apresenta caráter conotativo, ao traduzir uma comparação metafórica com outros países
- (C) O termo **peso** apresenta caráter conotativo, ao traduzir a ideia de “dificuldade, problema”
- (D) O termo **peso** apresenta caráter denotativo, ao traduzir a ideia de “dificuldade, problema”

MATEMÁTICA

¿ ?

11

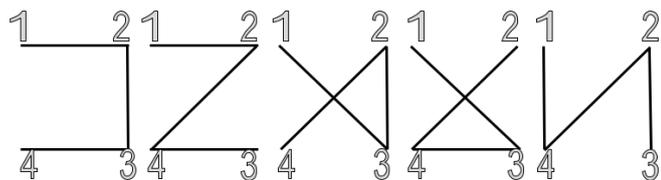
A tautologia é um conceito do raciocínio lógico-matemático, compondo as chamadas proposições compostas, onde independentemente do valor lógico assumido pelas sentenças, obtemos como resposta sempre o valor verdadeiro.

Dentre as frases abaixo qual a única que indica uma tautologia:

- (A) Marcos não vai ao cinema e Pedro não joga futebol.
- (B) Se Marcos vai ao cinema, então Pedro joga futebol.
- (C) Se Marcos vai ao cinema e Pedro joga futebol, então Pedro joga futebol se e somente se Marcos vai ao cinema.
- (D) Marcos vai ao cinema se e somente se Pedro joga futebol.

12

Identificando a regularidade da sequência figural abaixo, podemos concluir que o próximo elemento da sequência é:



- (A)
- (B)
- (C)
- (D)

ÁREA PARA RASCUNHO



13

Observando a sequência numérica abaixo, podemos identificar um padrão de formação. Identificando esse padrão podemos afirmar que o próximo número da sequência é dado por:

1011010; 0110101; 1101010; 1010101;

- (A) 1010110.
- (B) 0101011.
- (C) 0101101.
- (D) 1011010.

14

Vera fez quatro atividades na última semana: lavou roupa, tocou guitarra, assistiu um filme e leu um livro. Cada atividade foi feita uma única vez na semana em dias diferentes que foram: segunda-feira, terça-feira, sexta-feira ou sábado. Em cada dia ela utilizou um adorno diferente na cabeça: boné, chapéu, tiara ou laço. Usando as pistas abaixo podemos afirmar que o dia da semana e o adorno de cabeça que ela utilizou quando assistiu um filme foram respectivamente:

Pistas:

- I- Vera lavou roupa no sábado, mas não utilizou boné nesse dia.
 - II- Vera tocou guitarra depois de ter assistido um filme. Nesse dia ela utilizou um chapéu.
 - III- Vera usou um laço quando leu um livro, que não foi na segunda-feira.
 - IV- Vera não utilizou laço na sexta-feira
- (A) Segunda-feira e boné.
 - (B) Terça-feira e laço.
 - (C) Sexta-feira e chapéu.
 - (D) Sábado e tiara.

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

?

15

Todo dia, inúmeras informações são geradas e compartilhadas via *internet*, entretanto, tal dinamismo também permite que conteúdos sejam removidos ou se percam em meio ao enorme fluxo de dados disponíveis. Os navegadores oferecem opções para salvamento da página, a fim de possibilitar ao usuário criar uma cópia de uma publicação *web* e conseguir acessá-la até mesmo *offline*. Para tanto, o formato *pdf* é amplamente utilizado, devido a sua fidelidade de diagramação e popularidade. No *Windows 10*, como salvar uma publicação da *internet* em *pdf*, através do próprio navegador?

- (A) Clicar no ícone de *downloads* e selecionar a opção *Baixar arquivo pdf*.
- (B) Abrir o menu de impressão e entre as opções de impressora, selecionar a opção de salvar ou imprimir no formato *pdf*.
- (C) Selecionar todo o conteúdo, no menu *Editar* selecionar a opção *Copiar*. Em seguida colar o conteúdo no *Microsoft Word* e salvar como *pdf*.
- (D) Com o botão auxiliar do mouse, selecionar a opção para salvar *pdf*.

16

A marca d'água é um recurso editorial amplamente utilizado no setor público, sobretudo para compartilhar documentos oficiais e garantir que não sejam utilizados de forma indevida, sinalizando, por exemplo, os *status* de rascunho, confidencial, ou particular. Como inserir texto no formato de marca d'água no *Microsoft Word 2016*?

- (A) No menu *Inserir*, selecionar a opção *Texto* e, em seguida, o item *Marca D'água*.
- (B) Na aba *Exibir*, selecionar a opção *Componentes de Texto* e, em seguida, marcar o *checkbox* *Marca D'água*.
- (C) Na aba *Design*, selecionar a opção *Marca D'água*.
- (D) No menu *Referências*, selecionar a opção *Smart Art* e, em seguida, o item *Marca D'água*.

17

As soluções para troca de mensagens instantâneas são cada vez mais adotadas na realização do trabalho cotidiano, no entanto, o tradicional envio de comunicações por *e-mail* ainda é indispensável em alguns casos. Qual campo é de fundamental importância no preenchimento para identificação do *e-mail*?

- (A) *Tag*
- (B) *ID*
- (C) Assunto
- (D) Envio

18

Para preservar a segurança das informações no ambiente de trabalho, uma prática comum das equipes responsáveis é criar credenciais de acesso pessoais, compostas por nome ou *login* e senha. Da parte dos usuários, é imprescindível que as chaves de acesso ao sistema não sejam compartilhadas e que a conta

individual permaneça conectada apenas enquanto o usuário está à frente do computador. Qual opção o *Windows 10* oferece ao usuário para vetar temporariamente o acesso à sua sessão e somente destravá-la com as credenciais válidas?

- (A) Bloquear
- (B) Proteger
- (C) Desligar
- (D) Executar

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19

Com relação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, analise as frases abaixo e responda.

- I- Os trabalhadores urbanos, rurais e domésticos têm direito ao FGTS e o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente nos domingos.
- II- É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- III- Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões administrativas.
- IV- É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III.
- (D) II e IV.

20

Carlos, nascido na Argentina, mas naturalizado brasileiro aos 10 anos, e que aqui no Brasil reside desde então, se formou na faculdade de direito "X" na cidade de São Paulo aos 23 anos. Aos 24 anos, passou no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, exercendo a função de causídico até os 28 anos. Foi aprovado no concurso da magistratura aos 30 anos. Contudo, por estar decepcionado com a carreira, aos 36 anos, pediu exoneração e voltou a advogar exatamente 6 meses após. Com base nas informações acima, segundo prevê a regra constitucional, é possível afirmar corretamente que:

- (A) Carlos não poderia ter tomado posse como juiz, pois não tinha o tempo mínimo de atividade jurídica que é de 5 anos.
- (B) Carlos, quando pediu exoneração, já gozava de vitaliciedade, pois já tinha o tempo mínimo para aquisição deste direito, que é, no primeiro grau, de 5 anos de atividade como magistrado.



- (C) Carlos poderá ser indicado a cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, podendo até ser presidente dessa Suprema Corte.
- (D) Não há óbice algum a Carlos voltar a advogar, desde que, em relação ao juízo ou tribunal do qual se afastou, aguarde o decurso de no mínimo três anos à partir da sua exoneração.

21

Com relação a organização do Estado, conforme prevê a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- I- A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos entre si.
- II- Brasília, Capital Federal, é um município, com poder legislativo (câmara dos vereadores) e prefeito próprio, e está localizado no Distrito Federal.
- III- Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas através de emenda a constituição.
- IV- Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Senado Federal, mediante lei ordinária.
- V- A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei ordinária federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, dispensada a divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, para Municípios com população maior que 100mil habitantes.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) I, II e IV.
- (B) I.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) II, IV e V.

22

Mário, professor concursado no Município B, foi nomeado pelo atual prefeito como secretário de educação. Desde muito tempo, Mário, platonicamente apaixonado, arrisca investidas amorosas sobre a professora Fernanda, que nunca correspondeu aos galanteios do colega de profissão.

Fernanda, que também é professora concursada no mesmo município, assumiu a alguns anos, cargo em comissão de diretora da unidade escolar Francisco de Assis. Tal unidade fica no bairro onde Fernanda reside, o que lhe tona cômodo o deslocamento diário.

Assim que Mário assumiu o cargo de secretário, transferiu Fernanda para outra unidade, para também

atuar como diretora, na escola Maria das Flores, que fica bem mais distante de sua casa, o que a obriga a ter uma rotina mais cansativa.

A justificativa para tal alteração se deu porque Fernanda, em decorrência da expertise, habilidades, carga curricular e cursos de especializações que possui, é a servidora que tem o perfil ideal para assumir o comando da referida unidade, que passava (e passa) por sérios problemas de desmando da então antiga diretora, que chegou até ser exonerada do cargo por corrupção.

Em decorrência do fato acima narrado e com base nos princípios e regras do direito administrativo, é correto afirmar que:

- (A) O ato praticado por Mário é presumivelmente nulo, pois crivado de passionalidade ante a mágoa de não ser correspondido por Fernanda, ferindo, assim, o requisito da finalidade do ato administrativo, já que, o que realmente pretende o secretário é se vingar da servidora.
- (B) O ato praticado por Mário é nulo pois tal decisão de transferir a servidora depende de aprovação na câmara dos vereadores.
- (C) O ato praticado por Mário é legal e está dentro do seu poder hierárquico bem como se mostrou fundamentado, não havendo que se falar em excesso ou desvio de poder.
- (D) O ato praticado por Mário é legal e está dentro do seu poder discricionário de polícia, podendo limitar não só a atuação do público em geral, mas também de seus servidores, impondo, no caso em tela, nova regra de atuação para Fernanda ao lhe transferir o local de trabalho, já que ela é uma servidora que está sob sua subordinação.

23

Considere que na cidade da Felicidade há a Praça da Alegria, situada no cep: 01234567, bem no centro da cidade. Na praça, há um coreto e um chafariz. Este, não funciona há 5 anos e o coreto não recebe um evento por total falta de condição de uso, já que o piso está quebrado e o telhado desabou há um ano. A praça não é frequentada pois não apresenta atrativo algum aos moradores e visitantes.

Com base na descrição acima e levando-se em conta as regras sobre a natureza jurídica dos bens, é correto afirmar que a referida praça:

- (A) É bem público, de uso comum do povo, sendo inalienável, imprescritível e impenhorável.
- (B) É bem público, de uso comum do povo, sendo imprescritível e impenhorável, contudo, já pode ser alienada, pois desafetada haja vista seu total desuso.
- (C) É bem privado, de uso dominical, podendo ser alienado, pois não possui afetação alguma já que ninguém a frequenta.
- (D) É bem público, de uso especial, podendo ser alienada ante seu desuso, ainda que afetada.

24

Com relação ao processo administrativo, previsto na Lei nº 9.784/99, precisamente no artigo 50 que trata da



motivação dos atos administrativos, analise as frases abaixo e responda:

- I- Os atos administrativos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses devem ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- II- A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- III- O ato administrativo, ainda que fundamentado, é nulo, quando deixa de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.

25

Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto na Lei nº 8.987/95, analise as frases abaixo e responda.

- I- Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na Lei nº 8.987/95, nas normas pertinentes e no respectivo contrato;
- II- Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;
- III- Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando houver o inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade;
- IV- A interrupção do serviço na hipótese de inadimplemento do usuário não poderá se iniciar na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em ferido ou no dia anterior a feriado;

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III.

26

Com relação ao pregão, previsto na Lei nº 10.520/02, analise as frases abaixo e responda:

- I- O pregão é uma modalidade de licitação;

- II- O pregão pode ser utilizado para aquisição de bens;
- III- O pregão pode ser utilizado para aquisição de serviços comuns;
- IV- O pregão será utilizado pelos agentes políticos estaduais ou municipais, não sendo utilizado pela União.

Das afirmações, estão corretas apenas aquelas que constam em:

- (A) II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.

27

Carlos é cozinheiro no restaurante Boi Gordo, localizado no município B, onde labora das 8h às 14:00h. Durante a noite, no período das 19h às 22h, labora como professor de gastronomia na Faculdade Sabichão, situada no município A. Considerando que Carlos é presidente da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) no restaurante e membro eleito da CCP (Comissão de Conciliação Prévia) para atuar junto ao sindicato dos professores do município A, é correto afirmar, segundo expressa previsão contida na CLT que:

- (A) Carlos não poderá ser dispensado sem justa causa em ambos os empregos, pois detentor de estabilidade, no Restaurante Boi Gordo, ante sua condição de cipeiro e, na Faculdade, ante sua condição de membro da CCP.
- (B) Carlos terá estabilidade apenas no restaurante Boi Gordo. A estabilidade durará: por um ano, que é o tempo de duração do mandato como cipeiro, estendendo-se por mais um ano após o término do mandato.
- (C) Carlos não terá estabilidade em nenhum dos empregos, pois tais atribuições não lhe garantem esse direito.
- (D) Carlos terá estabilidade apenas na Faculdade Sabichão. A estabilidade durará: um ano, que é o tempo de duração do mandato como membro na comissão de conciliação prévia, estendendo-se por mais um ano após o término do mandato.

28

Camila ajuizou ação trabalhista de considerado valor contra seu ex-empregador B. A audiência inicial (de conciliação) e de instrução só foi agendada para daqui 3 meses, por conta do excessivo volume de demandas junto aquela vara. Alguns dias após a distribuição da reclamação, Camila soube que a empresa está dilapidando seu patrimônio, com objetivo de cair em insolvência. Astuta, Camila requereu tutela provisória de urgência do tipo cautelar, precisamente, busca e apreensão dos bens da empresa, com objetivo de garantir-lhe o estado de solvência, ao menos em relação ao valor da sua pretensão. Convencido pela conduta ilegal da ré, o juiz deferiu o pedido e ordenou o imediato bloqueio dos bens que fossem encontrados. A diligência foi realizada de imediato e vários bens foram apreendidos. Dentre eles, contudo, há um veículo, que



pertence a Josefa, representante comercial autônoma da empresa C e que apenas estava de visita na empresa B quando da realização da diligência. Indignada, Josefa embargou de terceiro, alegando ser parte totalmente ilegítima na ação trabalhista e que não podia, por isso, sofrer injusta turbação judicial em seu patrimônio. As partes foram intimadas a se manifestar sobre os embargos de terceiros e, na sentença, o juiz do trabalho os julgou improcedente, mantendo o bloqueio sobre o bem. Nesse caso, se Josefa quiser recorrer, deverá:

- (A) Interpor agravo de instrumento, no prazo de até 8 dias.
- (B) Interpor agravo de petição, no prazo de até 8 dias.
- (C) Interpor recurso ordinário, no prazo de até 8 dias.
- (D) Interpor apelação, no prazo de até 15 dias.

29

Réu em uma ação de indenização por danos morais e materiais, movida por Júlia, Mévio recebeu a citação via AR e em decorrência de problemas familiares, procurou o advogado Marcelo somente depois de passadas algumas semanas. Ao consultar os autos, o advogado verificou que o mandado fora juntado havia 18 dias úteis. Assim, informou Mévio que nada mais poderia ser feito, eis que o prazo para contestação havia já havia se esgotado e que a sentença necessariamente seria de total procedência.

Assinale assim, a alternativa correta sobre a situação acima narrada:

- (A) O advogado está correto. Sendo Mévio revel, necessariamente todo o alegado na inicial será considerado verdadeiro, com a total procedência da ação.
- (B) O advogado não está correto. Embora revel pela ausência da contestação, a autora ainda precisará provar o alegado, sendo ônus que lhe compete, de modo que a sentença pode ou não ser de total procedência.
- (C) O advogado está correto, pois com a revelia, automaticamente se inverte o ônus da prova e, deixando de provar o que lhe competia, Mévio será condenado em todos os termos da inicial.
- (D) O advogado não está correto, pois nesse caso os efeitos da revelia não alcançam a questão dos danos materiais, que precisam ser comprovados. Já quanto aos danos morais requeridos, pela revelia, serão necessariamente objeto de condenação, bastando a mera alegação.

30

Sobre o tema cumprimento de sentença, assinale a alternativa que contempla erro:

- (A) Decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- (B) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença dependerá de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo.
- (C) A decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do *exequatur* à carta rogatória pelo

Superior Tribunal de Justiça é título executivo judicial.

- (D) O caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, ou no caso de decisão sobre parcela controversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado citado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

31

Claudio, bacharel em Direito, estuda para ser aprovado um concurso público a ser realizado pela Prefeitura de certo município. Um dos tópicos do edital é sobre os crimes contra a Administração Pública. Assim, sobre referido tema, marque qual das alternativas abaixo se encontra correta:

- (A) O funcionário público que se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio cometerá o crime de peculato mediante erro de outrem.
- (B) Aquele funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal cometerá o crime de corrupção passiva.
- (C) Praticará o crime de excesso de exação o funcionário que exigir tributo ou contribuição social que sabe ou que deveria saber indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- (D) Se o funcionário público entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso, cometerá apenas infração administrativa, não configurando crime.

32

José, que é servidor público municipal, aprovado em concurso há mais de dez anos, é o responsável pelas despesas de um dos setores da Prefeitura. Embora durante todo o seu tempo de trabalho José tenha mantido uma conduta exemplar, apurou-se que, há alguns meses, no exercício de suas atribuições, José prestou garantia em operação de crédito sem constituir contragarantia em valor igual ou superior àquela prestada. Investigado o fato, houve o seu correspondente enquadramento legal. Assim, assinale a alternativa que contempla a resposta correta:

- (A) José cometeu a conduta prevista no Código Penal como Prestação de garantia insuficiente.
- (B) A conduta de José, embora possa ser punida disciplinarmente, não se configura crime.
- (C) Enquadra-se a conduta de José como Crime de Prestação de Garantia Graciosa.
- (D) José, ao agir desse modo, cometeu o Crime de Contratação de Operação de Crédito sem autorização legal.



33

De acordo com o Código Civil brasileiro em vigor, a proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Contudo, em alguns casos previstos expressamente no mesmo diploma legal, a proposta pode deixar de ser obrigatória. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa errada sobre a formação dos contratos:

- (A) Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita.
- (B) A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, mesmo que do contrário resultar das circunstâncias ou dos usos, em decorrência da aplicação do princípio da boa-fé contratual.
- (C) Se a aceitação, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, este comunicá-lo-á imediatamente ao aceitante, sob pena de responder por perdas e danos.
- (D) Se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.

34

Tício pretende ser aprovado em concurso para certa Prefeitura Municipal e, estudando Direito Civil, no estudo dos bens considerados em si mesmos, fez várias anotações para auxiliar na memorização do conteúdo. Revisando tais anotações reparou que uma delas estava errada. Assim, indique, entre as afirmativas abaixo, qual se encontra com equívoco:

- (A) Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (B) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (C) Consideram-se móveis para os efeitos legais, entre outros, as energias que tenham valor econômico.
- (D) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

35

Assinale a alternativa correta:

- (A) Os Embargos à Execução Fiscal devem ser opostos independentemente da garantia do juízo, no prazo de 15 dias a contar da citação do devedor.
- (B) A execução fiscal é a via pela qual a Fazenda Pública faz valer seu crédito, sendo cabível para cobrar os créditos de natureza exclusivamente tributária.
- (C) Os Embargos à Execução têm como requisito de admissibilidade a garantia do juízo e pode ser oferecido no prazo de 30 dias a contar do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora
- (D) A penhora ou arresto de bens em execução fiscal deve primeiro recair sobre os bens imóveis do devedor, desde que não se trate de bem de família e

em segundo lugar, recair sobre o dinheiro do devedor.

36

Vizinho ao Município de Espírito Santo do Pinhal – SP, há o Município de Albertina – MG. Durante os meses anteriores, houve constantes chuvas torrenciais na região, o que provocou enchentes, quedas de encostas, deslizamentos etc levando o Município de Albertina-MG a decretar estado de calamidade pública. O dito município se mobilizou nos dias seguintes a retirar os destroços, a lama acumulada, liberar avenidas e estradas, bem como ajudar a população afetada. Ocorre que, nesses dias de empreitada, vários caminhões e tratores do Município de Espírito Santo do Pinhal – SP foram vistos trabalhando na cidade de Albertina-MG.

Segundo prevê a lei orgânica de Espírito Santo do Pinhal-SP, é possível afirmar corretamente que:

- (A) este Município errou, pois é proibido, sem exceção, permitir o uso de máquinas, equipamentos ou veículo a outros municípios, salvo se feito um consorcio interestadual, entre São Paulo e Minas Gerais, haja vista que estão envolvidos municípios de estados diferentes.
- (B) se o combustível e as horas de trabalho dos servidores de Espírito Santo do Pinhal-SP, forem custeados pelo município de Albertina-MG, não há óbice algum para aquele fazer o empréstimo de máquinas, equipamentos, veículos e até mão de obra.
- (C) se o combustível for custeado pelo município de Albertina-MG e os seus próprios servidores manusearem o ferramental, a lei orgânica de Espírito Santo do Pinhal-SP não proíbe o empréstimo de máquinas, equipamentos e veículos, mas essa possibilidade só ocorre exclusivamente quando se tratar de municípios limítrofes, como no caso entre os envolvidos.
- (D) como regra, é vetado ao município de Espírito Santo do Pinhal-SP fazer o empréstimo de equipamentos, veículos ou máquinas, salvo, dentre outras hipóteses, como no caso, em que outro município decretou estado de calamidade pública.

37

João do Coração, médico na cidade Espírito Santo do Pinhal-SP, foi eleito vereador. Cardiologista de longa data e ilibada reputação no município, se aventurou na vida política e, já na primeira eleição, sagrou-se vencedor, como o terceiro vereador mais votado. Dois meses após tomar posse, foi convidado pelo prefeito a assumir a secretaria de saúde do mesmo município. Nesse caso, segundo prevê a lei orgânica do município de Espírito Santo do Pinhal-SP, João do Coração:

- (A) deverá recusar o convite, pois não pode assumir o cargo de secretário ante o fato de estar empossado como vereador, o que o impede de exercer qualquer outra atividade, tanto no ramo público como privado.
- (B) pode aceitar o convite, exercendo, simultaneamente, a vereança e o cargo comissionado, já que não há incompatibilidade entre ambos, recebendo ambas as remunerações, inclusive.



- (C) pode aceitar o convite, mas deverá se licenciar do cargo de vereador, podendo optar pela remuneração de vereador ou de secretário.
- (D) pode aceitar o convite, mas deverá renunciar ao cargo de vereador, ficando com a remuneração exclusivamente de secretário.

38

Com base no regimento interno da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal-SP, é correto afirmar que:

- I. A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização interna e externa, financeira e orçamentária de controle e de assessoramento dos atos do Executivo e do Judiciário e pratica atos de administração interna e externa.
- II. A função legislativa consiste em deliberar, por meio de emendas à Lei Orgânica, leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do município.
- III. A função de fiscalização, sobre os aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial do município e das entidades da administração indireta, é exercida pelo Tribunal de Contas do Município.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.

39

Na última eleição, Zezinho do Cachorro Quente foi o vereador eleito com maior votação no município, seguido por Maria Clândida, a segunda mais votada. No dia da posse, e após a conclusão desta, com base no regimento interno da Câmara dos Vereadores de Espírito Santo do Pinhal-SP, é correto afirmar que:

- (A) ante a maior votação obtida, Zezinho já será nomeado o presidente da mesa diretora para o respectivo biênio, sendo permitida uma recondução para os próximos dois anos.
- (B) ante a maior votação obtida, Zezinho já será nomeado o presidente da mesa diretora para o respectivo biênio, sendo vetada a recondução ao cargo.
- (C) Zezinho, como vereador mais votado, não poderá participar da concorrência para compor a mesa diretora da câmara.
- (D) Zezinho presidirá a eleição para a escolha da mesa diretora, que será composta pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

40

Com relação a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709/18, analise as frases abaixo e responda.

- I. será aplicável a pessoa jurídica de direito público que detém dados referentes a pessoa natural.
- II. a disciplina de proteção aos dados pessoais tem como fundamentos a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- III. a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- IV. Para os fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II e IV.

ÁREA PARA RASCUNHO

